

Cardeal
Tempesta

27º Domingo
do Tempo
Comum

PÁGINA 5

OUTUBRO

BC publicará
regulação do
Pix Parcelado
no fim do mês

Modalidade de crédito que permite ao pagador dividir um Pix em parcelas, mesmo sem limite no cartão de crédito, o Pix Parcelado só terá a regulação publicada na última semana de outubro, informou nesta sexta-feira o Banco Central (BC). Prevista para ser lançada em setembro, a nova ferramenta foi adiada. Segundo o BC, a primeira etapa da regulação padronizará a definição do produto, para melhorar a experiência dos usuários. As soluções privadas de oferta de crédito ou parcelamento de pagamento vinculadas à realização de um Pix, amplamente ofertadas pelas instituições financeiras, poderão continuar a vigorar, desde que não afrontem a regulação. **PÁGINA 2**

STF

PGR ‘veta’
mandato
remoto no
Congresso

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou ao Supremo Tribunal Federal parecer contrário à possibilidade de um parlamentar exercer mandato de forma remota. A manifestação foi anexada na quinta-feira passada ao mandado de segurança protocolado pela defesa do ex-deputado Chiquinho Brazão, réu no Supremo pela acusação de ser o mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco. Em abril deste ano, a Câmara dos Deputados cassou o mandato de Brazão por faltas às sessões da Casa. O ex-deputado está preso em função das investigações do caso Marielle. De acordo com a defesa, as faltas ocorreram em função da prisão preventiva e não podem ser equiparadas às faltas injustificadas. **PÁGINA 6**

INJEÇÃO DE RECURSOS

Economistas do setor produtivo
veem avanços com isenção de IR

Especialistas e representantes do setor produtivo, incluindo os trabalhadores, classificam como avanço a aprovação, por parte da Câmara dos Deputados, do projeto de lei que isenta de cobrança de imposto de renda (IR) quem recebe até R\$ 5 mil e reduz o valor cobrado dos empregados que têm salários de até R\$ 7.350. A Agência Brasil consultou economistas e entidades em-

presariais e trabalhistas sobre o Projeto de Lei (PL) 1087/25, que segue para o Senado depois de ter sido aprovado por unanimidade na quarta-feira passada. Se todo o trâmite for concluído ainda este ano, com aprovação no Senado e sanção presidencial, o alívio no contracheque dos trabalhadores vai vigorar já a partir de janeiro de 2026. **PÁGINA 3**

IBGE



IBGE

Produção industrial
registra crescimento
de 0,8% em agosto

A alta de 0,8% na produção industrial nacional em agosto ante julho foi puxada, sobretudo, pela expansão nas atividades de produtos químicos e farmacêuticos (13,4%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (1,8%) e produtos alimentícios (1,3%). Em agosto de 2025 ante igual mês de 2024, houve redução na produção de 15 dos 25 ramos investigados. Segundo André Macedo (**foto**), gerente da pesquisa do IBGE, houve influência tanto do efeito calendário quanto de uma base de comparação elevada. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE. **PÁGINA 3**

Tarifaço afeta setores da indústria

O tarifaço imposto pelo presidente dos EUA, Donald Trump, a exportadores brasileiros afetou em agosto alguns segmentos da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE. Segundo André Macedo, os questionários referentes a julho já tinham mostrado alguns informantes sinalizando influência do tarifaço nas expectativas e na produção futura, mas agora houve registros mais relevantes em atividades mais exportadoras

MELHORIAS

Lula: COP deixará legado para Belém



RICARDO STUCKERT/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou nesta sexta-feira algumas das obras que estão sendo realizadas em Belém (PA) para a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), no mês que vem. Entre elas estão os canais de drenagem, o complexo cultural e de lazer do porto da cidade e o local que sediará os eventos da

COP30. Em vídeo publicado nas redes sociais, Lula destacou que as melhorias ficarão de legado para a capital paraense. Segundo ele, o governo federal está fazendo um investimento de quase R\$ 6 bilhões na cidade. Pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social por exemplo, são R\$ 1,5 bi de financiamento ao governo do Pará. **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA 0,17% / 144.200,65 / 251,01 / Volume: 17.216.517.700 / Negócios: 2.985.051											
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.			%
GOLL54	5,47	-0,73	-0,04	BIOM3	10,11	+12,33	+1,11	ADMF3	35,020	-49,97	-34,980
PDGR3	0,07	-46,15	-0,06	EALT3	13,29	+8,05	+0,99	AMBP3	1,40	-49,09	-1,35
MGLU3	9,15	-0,11	-0,01	ONC03	3,600	+6,82	+0,230	PDGR3	0,07	-46,15	-0,06
AMBP3	1,40	-49,09	-1,35	UNIP5	72,50	+6,13	+4,19	MOAR3	76,00	-11,63	-10,00
ASAI3	9,060	-2,16	-0,200	RPMG3	2,60	+6,12	+0,15	ENMT3	53,01	-9,38	-5,49
									Dow Jones	46.758,28	+0,51
									S&P 500	6.715,79	+0,01
									NASDAQ Composite	22.780,506	-0,28
									Nasdaq 100	24.785,521	-0,43
									Euronext 100	1.697,27	+0,36
									CAC 40	8.081,54	+0,31
									Salário mínimo	R\$ 1.412,00	
									Ufir-RJ	R\$ 4,5373	
									Taxa Selic		
									(17/09)	15%	
									TR		
									(04/10)	0,1742%	
									Poupança		
									(04/10)	0,6751%	
									IGP-M	0,42% (set.)	
									IPCA-15	0,48% (set.)	
									CDI	14,90%	
									OURO		
									BM&F/grama/RJ	R\$ 499,65	
									EURO Comercial		
									Compra: 6,2651	Venda: 6,2657	
									EURO turismo		
									Compra: 6,3473	Venda: 6,5273	
									DÓLAR Ptax - BC		
									Compra: 5,3498	+0,09%	
									DÓLAR comercial		
									Compra: 5,3353	Venda: 5,3359	
									DÓLAR turismo		
									Compra: 5,3609	Venda: 5,5409	

MERCADOS

Bovespa quebra série diária negativa, mas recua 0,86% na semana

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) oscilou para cima após três sessões no campo negativo, que o afastaram pouco da máxima histórica intradia, de 147,5 mil pontos (dos últimos dias 29 e 30), e de fechamento, quase aos 146,5 mil em 24 de setembro - escalada que o havia conduzido a recordes de forma praticamente sucessiva nas semanas posteriores ao pico de 29 de agosto, então na faixa de 141,4 mil.

Nesta sexta-feira, mostrou variação de 143.675,62 a 144.518,29 pontos, entre o pior e o melhor momento do dia, encerrando em leve alta de 0,17%, aos 144.200,65 pontos. O giro foi de R\$ 16,3 bilhões.

Na semana, o (Índice Bovespa) cedeu 0,86% após recuo de 0,29% no intervalo anterior, no que foi a primeira emenda de duas perdas semanais desde julho, no intervalo iniciado no dia 7 daquele mês - em 9 de julho, vale lembrar, foi anunciado o tarifaço dos Estados Unidos ao Brasil. Nesta sexta, no começo da tarde, então nas máximas da sessão, o Ibovespa ganhou um pouco de impulso, em alta de 0,4%, em paralelo à notícia de que a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro pode ser candidata a vice em chapa encabeçada pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, à Presidência em 2026, como condição para que seja apoiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

O fôlego da recuperação,

contudo, foi pontual e curto. A relativa cautela na sessão da B3 contrastou com o desempenho positivo de índices de Nova York como o Dow Jones (+0,51%) e S&P 500 (+0,01% ao fim), que vêm de máximas históricas, e em parte das praças da Europa, como Londres, que fechou a sexta em nível recorde: apesar da incerteza relacionada à extensão da paralisação de atividades de serviço público nos EUA em meio a impasse orçamentário que resultou nesta sexta, conforme era antecipado, na suspensão do anúncio de dados oficiais sobre o mercado de trabalho americano, essenciais à orientação do Federal Reserve sobre a política monetária.

O Senado dos EUA rejeitou novamente duas propostas orçamentárias que encerrariam a paralisação do governo, em votações no período da tarde. O fracasso dos projetos deve garantir a manutenção do shutdown pelo menos até a semana que vem.

Na B3, a sexta-feira foi de desempenho moderadamente negativo para os carros-chefes das commodities, Vale (ON -0,19%) e Petrobras (ON -0,75%, PN -0,26%). Entre os maiores bancos, o desempenho no fechamento foi misto, com Itaú (PN +0,74%, na máxima do dia ao fim) descolando-se do ajuste de baixa. Na ponta perdedora do Ibovespa, MBRF (-3,55%), Azzas (-2,64%) e SLC Agrícola (-2,45%). No campo ganhador, RD Saúde (+4,50%), Auren (+2,78%) e Vivara (+2,47%).

NORMAS

BC publicará regulação do Pix Parcelado no fim de outubro

Modalidade de crédito que permite ao pagador dividir um Pix em parcelas, mesmo sem limite no cartão de crédito, o Pix Parcelado só terá a regulação publicada na última semana de outubro, informou nesta sexta-feira o Banco Central (BC). Prevista para ser lançada em setembro, a nova ferramenta foi adiada.

Segundo o BC, a primeira etapa da regulação padronizará a definição do produto, para me-

lhorar a experiência dos usuários. As soluções privadas de oferta de crédito ou parcelamento de pagamento vinculadas à realização de um Pix, amplamente ofertadas pelas instituições financeiras, poderão continuar a vigorar, desde que não afrontem a regulação.

No início de dezembro, o BC detalhará os procedimentos operacionais e a padronização da experiência do usuário, tanto na contratação da operação de crédito associada à transação de

pagamento quanto no pagamento das parcelas da operação. Após a publicação, haverá um prazo para que as instituições financeiras e de pagamento adequem-se às regras estabelecidas pelo BC.

O BC oficializou o adiamento do Pix Parcelado e informou o novo cronograma das regulações na reunião do Fórum Pix. Comitê consultivo permanente com cerca de 300 participantes do sistema financeiro e da sociedade civil, o Fórum Pix tem co-

mo objetivo subsidiar o BC na definição das regras e dos procedimentos que disciplinam o funcionamento do sistema de transferências instantâneas.

BLOQUEIO DE CHAVES

O BC também informou que a partir deste sábado bloqueará as chaves Pix marcadas pelas instituições participantes como utilizadas para golpes e fraudes. Segundo o BC, esse é mais um mecanismo para fortalecer a segurança da ferramenta.

MONTADORA

Toyota vai retomar produção no Brasil a partir de novembro

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

A Toyota do Brasil informou nesta sexta-feira que irá retomar, gradualmente, a produção de veículos no país a partir de 3 de novembro, nas fábricas de Sorocaba e Indaiatuba, em São Paulo. A terceira unidade da montadora no Brasil, em Porto Feliz, também em São Paulo, onde eram fabricados os motores da marca, ainda não tem prazo para voltar a funcionar.

As três plantas da montadora

no Brasil estavam com a produção paralisada desde que um vendaval destruiu parcialmente a fábrica de Porto Feliz, em 22 de setembro.

“A retomada ocorrerá com motores e peças importados de outras unidades no exterior. Nesta primeira etapa, a Toyota do Brasil produzirá as versões híbridas dos modelos Corolla e Corolla Cross, tanto para os mercados doméstico quanto de exportação, sendo que o plano de produção para novembro e de-

zembro contempla a recuperação do volume de veículos híbridos não produzidos entre 23 de setembro e 31 de outubro”, disse a montadora, em comunicado.

Com a volta da produção nas fábricas de Sorocaba e Indaiatuba, a montadora decidiu que a suspensão temporária de contrato de trabalho (lay-off) será aplicada somente aos trabalhadores de Porto Feliz. Os de Sorocaba e Indaiatuba deverão retornar ao trabalho no dia 21 de outubro, após o término das fé-

rias emergenciais.

Segundo a Toyota do Brasil, somente em janeiro de 2026 será retomada a produção de veículos com motores convencionais, tanto para o mercado brasileiro quanto para exportação, abrangendo os da linha de produção atual – Corolla e Corolla Cross, além do Yaris Hatch, feito exclusivamente para exportação. Ainda não há data prevista para o lançamento do novo modelo Yaris Cross, informou a Toyota.

FAZENDA

Regulamentação da tributária deve ser aprovada na Câmara

MATEUS MAIA/AE

O secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, disse nesta sexta-feira, que houve mudanças inesperadas no projeto de regulamentação da reforma tributária aprovado pelo Senado, mas que o governo deve apoiar a aprovação desse texto na Câmara. "Entraram algumas coisas que não estavam previstas, mas, no geral, eu acho que os objetivos da reforma, que eram neutralidade, simplicidade e eficiência, estão totalmente preservados. E o texto que foi aprovado no Senado deve ser aprovado na Câmara com o apoio do governo", disse em entrevista à GloboNews.

Ele também elogiou a reforma administrativa que está em discussão na Câmara dos Depu-

tados, dizendo que ela vai na direção certa. Criticou os excessos de "penduricalhos" em algumas carreiras que levam salários até a passar o teto constitucional. "Os supersalários que a gente vê nos diversos poderes, ultrapassando o teto, são um absurdo", afirmou.

Perguntado se a agenda legislativa da Fazenda poderia ser comprometida com a proximidade das eleições do ano que vem, Pinto afirmou que seria a hora de focar em reformas microeconômicas. Para ele, são essas reformas que podem ajudar a reduzir o custo do crédito no País, derrubando o spread bancário.

"A Selic está hoje em 15%. Mas o custo médio bancário do Banco Central é de 25%. Então, a gente tem que lutar para reduzir a Selic, mas temos 10 pontos percentuais

de spread bancário que precisamos atacar. Isso dói muito na vida do empresário e da população", declarou Marcos Pinto.

O secretário afirmou que vê espaço para que o governo avance com as pautas microeconômicas no Congresso ainda em 2025 e em 2026 mesmo com as eleições do próximo ano.

IOF

Marcos Pinto disse ainda que o governo deve ceder em vários pontos na Medida Provisória (MP) alternativa à alta do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF). "Realmente a gente vai ceder em vários pontos, inclusive reduzindo a tributação dos títulos que a gente propôs para os títulos isentos", comentou.

Segundo ele, há uma resistência muito grande no Congresso a

aumentar o imposto principalmente das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), apesar de essas isenções resultarem em uma renúncia fiscal de R\$ 40 bilhões.

"Os setores que são beneficiados por essa medida, por essa isenção, como o setor agrícola, o setor imobiliário, estão resistindo bastante. É muito provável que a gente tenha que ceder nesse ponto, senão, em tudo, pelo menos uma boa parte da aplicação que a gente está propondo", declarou.

Ainda assim, ele afirmou que o Congresso deve se sensibilizar e encerrar as negociações até a próxima quarta-feira, 8. "Eu acredito que o Congresso vai ser sensível aos nossos apelos. A gente vai concluir uma boa negociação até quarta-feira", disse.

EUA

Senado rejeita propostas orçamentárias do governo

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

O Senado dos Estados Unidos rejeitou novamente duas propostas orçamentárias que encerrariam a paralisação do governo EUA, em votações no período da tarde desta sexta-feira. O fracasso dos projetos deve garantir a manutenção do shutdown pelo menos até a semana que vem.

Assim como já havia ocorrido na quarta-feira, os republicanos bloquearam uma proposta de financiamento democrata que garantiria algumas

de exigências.

Logo em seguida, foi a oposição que derrubou um projeto do partido governista. Ambos tiveram menos que os 60 votos necessários para a aprovação.

Os democratas estão exigindo que o Congresso estenda os benefícios de saúde, enquanto os republicanos tentam esgotá-los com a votação diária do projeto de lei aprovado pela Câmara que reabriria o governo temporariamente, principalmente nos níveis de gastos atuais.

SEM AUOTOESCOLA

Nova regra para CNH reduzirá custos em 80%

Andreia Verdélio/aBrasil

O governo federal está propondo mudanças no processo de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A principal delas é o fim da obrigatoriedade de frequentar aulas de autoescola na preparação para os exames teórico e prático dos departamentos de Trânsito (Detran) estaduais.

Com isso, o custo para tirar o documento, que hoje chega a R\$ 3,2 mil, poderá cair em 80%.

Na última quinta-feira, o Ministério dos Transportes abriu uma consulta pública sobre o tema. A minuta do projeto ficará disponível por 30 dias na plataforma Participa + Brasil e, durante esse período, qualquer cidadão poderá enviar sugestões e contribuições. Depois, o texto se-

guirá para análise do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

De acordo com a pasta, o objetivo das mudanças é modernizar o processo de obtenção da CNH e tornar o documento mais acessível e barato para a população, especialmente nas categorias A (motocicletas) e B (veículos de passeio).

“Além disso, ao tornar a CNH mais acessível, mais cidadãos

deixarão de dirigir sem habilitação, contribuindo para um trânsito mais regularizado e seguro. Hoje, 20 milhões de brasileiros dirigem motos e carros sem carteira de habilitação”, diz a pasta.

A proposta prevê que o candidato possa escolher diferentes formas de se preparar para os exames teórico e prático, que continuarão obrigatórios para a emissão da CNH.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

Setor Produtivo

Economistas veem avanços com PL da isenção de IR

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Especialistas e representantes do setor produtivo, incluindo os trabalhadores, classificam como avanço a aprovação, por parte da Câmara dos Deputados, do projeto de lei que isenta de cobrança de imposto de renda (IR) quem recebe até R\$ 5 mil e reduz o valor cobrado dos empregados que têm salários de até R\$ 7.350.

A Agência Brasil consultou economistas e entidades empresariais e trabalhistas sobre o Projeto de Lei (PL) 1087/25, que segue para o Senado depois de ter sido aprovado por unanimidade na noite de quarta-feira passada. Se todo o trâmite for concluído ainda este ano, com aprovação no Senado e sanção presidencial, o alívio no contracheque dos trabalhadores vai vigorar já a partir de janeiro de 2026.

“A aprovação foi histórica e mostra que o tema da tributação mobiliza a sociedade e tem espaço político para avançar com mais propostas”, avalia o economista Pedro Rossi, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

“Foi um passo gigantesco, uma vitória muito grande da classe trabalhadora”, comemora o presidente nacional da (Central Única dos Trabalhadores) CUT, Sérgio Nobre

JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

O economista da Unicamp Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo destaca que, além da questão arrecadatória, os sistemas de cobrança de impostos têm a função de atuar na distribuição de renda.

“(A aprovação) Assinala o caráter distributivo do sistema tributário”, diz à Agência Brasil. “O propósito principal é interferir na distribuição de renda, que, se deixada à própria sorte, vai ampliar a desigualdade”, avalia.

Belluzzo, que tem na carreira passagem por instituições públicas, privadas e por governos, aponta que outro efeito da isenção será sentido na economia.

“Necessariamente, você vai ter um impulso para o crescimento da economia”, afirma. Para ele, além de aumento do consumo, o país deve experimentar expansão de investimentos, o que mitigará efeitos inflacionários.

“Investimentos propiciam avanço na capacidade de produção”, completa. Dessa forma, a maior demanda por produtos seria acompanhada por aumento da produção, sem pressionar os preços para cima.

RESPIRO NO BOLSO

O pesquisador Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Pedro Humberto de Carvalho calcula que a classe média baixa deve ter respiro mensal de R\$ 350 a R\$ 550, em média.

“Um impacto que poderá ser gasto — essa folga no orçamento — com alimentação e servi-

ços. Vai beneficiar positivamente a economia”.

Apesar disso, Carvalho reconhece que pode haver um impacto na inflação do setor de serviços. “Aumento de renda da classe média aumenta o consumo por serviços e, portanto, deve ter um impacto inflacionário”.

Pela medida, quem ganha R\$ 5 mil, por exemplo, terá um refresco mensal de R\$ 312,89 (ou R\$ 4.067 ao ano).

Salários acima de R\$ 5 mil até R\$ 7.350 terão descontos proporcionais na parcela cobrada. Por exemplo, um empregado com remuneração de R\$ 6,5 mil sentirá alívio mensal de R\$ 113,18, segundo tabela elaborada pela empresa de contabilidade Confirp.

Atualmente, a tabela do IR prevê isenção apenas para quem ganha até R\$ 3.036. De acordo com a Câmara dos Deputados, a isenção e redução de cobrança devem beneficiar diretamente 15,5 milhões de pessoas e levar a uma renúncia fiscal (imposto que não será arrecadado) de R\$ 25,4 bilhões, cerca de 10% dos quase R\$ 227 bilhões arrecadados com o tributo.

MAIS RICOS

Para compensar a renúncia fiscal, o PL institui cobrança adicional para quem tem rendimento tributável acima de R\$ 600 mil ao ano, que pode atingir apenas cerca de 141,4 mil contribuintes pessoas físicas de alta renda.

Atualmente, esse grupo seleto é submetido, em média, a uma alíquota efetiva de 2,5% de IR sobre seus rendimentos totais, incluindo distribuição de lucros e dividendos. Já trabalhadores em geral pagam, em média, 9% a 11% de IR sobre seus ganhos.

MENOS ENDIVIDAMENTO

Para o economista Gilberto Braga, professor do Ibmec, qualquer alteração de tributação que disponibilize mais renda para a população é refletida na melhoria do poder de compra. Ele enfatiza também redução de endividamento das famílias.

“Esse dinheiro, sobretudo nas classes mais baixas do tabela do IR, certamente será direcionado para consumo e pagamento de dívidas”, prevê.

“Portanto, isso injeta dinheiro na economia, e a regularização do endividamento faz com que essas pessoas se credenciem a novos parcelamentos e financiamentos, podendo fazer com que a economia aumente o seu funcionamento para frente”, completa.

Para o especialista, o efeito inflacionário é secundário, mas existe. “Mas não se acredita que isso seja uma consequência colateral nesse momento”.

PLEITO

O presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, lembrou à Agência Brasil que a ampliação da faixa de isenção do IR é um pleito antigo dos trabalhadores.

Nobre ressalta que isentar quem recebe até R\$ 5 mil representa beneficiar a maior parcela da classe trabalhadora. “Vão sentir já, na hora que tiver um desconto menor ou não tiver o desconto no seu holerite a partir do ano que vem”. Ele comparou o benefício a um 14º salário.

“Para muitas categorias, isso vai representar um mês a mais de salário, é como se ganhasse o décimo quarto salário”, que será, segundo Nobre, poderá ser revertido em mais consumo, mais produção e mais emprego.

Apesar de apoio à aprovação, o representante da central sindical nota que não foi incluído no PL a isenção sobre participação de lucros e resultados (PLR), bônus que algumas categorias recebem.

“É uma nova luta que a gente tem”, antecipa, acrescentando bandeiras como tabela progressiva do IR (alíquotas maiores para maiores rendas), correção anual pela inflação e fim da escala 6x1.

Sobre a não inclusão da isenção do PLR e correção anual do piso para cobrança, Nobre entende que foi uma maneira de garantir a aprovação do PL de forma célere.

“Se não fosse votado agora, correria risco de não ter efetividade para o ano que vem, o que seria um prejuízo enorme para os trabalhadores”, conclui.

MAIS AVANÇOS

O economista Pedro Rossi, da Unicamp, também aponta que o projeto aprovado na Câmara poderia trazer mais avanços.

“A taxação dos mais ricos é um avanço extraordinário, mas ainda é tímida diante das distorções tributárias no Brasil”, diz.

Ele cita que o repasse de dividendos, por exemplo, continua isento para quem recebe menos que R\$ 50 mil mensais. O economista cobra também a criação de novas alíquotas de IR para faixas de renda mais altas, “além da necessidade de reduzir os impostos indiretos sobre bens e serviços e compensar com a taxação de renda e patrimônio”.

Rossi defende que as propostas de correção das distorções tributárias “podem vir associadas a mais gastos públicos com saúde e educação e até mesmo agenda climática”.

O pesquisador do Ipea Pedro Humberto de Carvalho lembra que o Brasil é um dos poucos países do mundo que ainda não tributam dividendos de forma geral.

“Com esse PL, vai haver uma tributação baixa, mas efetiva dos dividendos”.

Na análise dele, o pequeno investidor do mercado financeiro que recebe dividendos e pequenos empresários, que têm uma empresa pequena com a margem de lucro baixa, não terão os dividendos afetados.

“Serão (afetados) realmente os super-ricos, quem tem renda acima de R\$ 100 mil por mês. Apesar de o PL prever renda acima de R\$ 50 mil, esse grupo nessa faixa já paga imposto de ren-

da”, projeta o pesquisador do instituto ligado ao Ministério do Planejamento e Orçamento.

SETOR PRODUTIVO

O economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Fabio Bentes, informou à Agência Brasil que a entidade classifica a ampliação da isenção do IR como positiva e socialmente justa, “pois beneficia a população de menor renda e observa a capacidade econômica do contribuinte”.

No entanto, a CNC manifestou preocupação em relação ao financiamento dessa medida. A entidade tem posição contrária à tributação de empresas, sem medidas compensatórias. “Isso poderia aumentar a carga tributária total, penalizar pequenos empresários que dependem desses lucros como renda familiar e incentivar a informalidade”, defende.

A CNC aponta que o Brasil já possui uma das cargas tributárias mais elevadas entre os países em desenvolvimento, concentrada no consumo e, para a confederação, “a tributação de dividendos agravaria esse cenário”.

Para a CNC, ampliação da isenção do IR deve ser “acompanhada de ajustes que não prejudiquem a competitividade das empresas nem aumentem a carga tributária sobre o setor produtivo”.

DEFASAGEM

O diretor de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mário Sérgio Telles, assinala que o setor industrial tem posição favorável à isenção que, segundo ele, corrige anos de defasagem.

“As pessoas começaram a pagar mais imposto de renda, não porque estavam subindo na escala de rendimento, mas simplesmente porque os rendimentos eram corrigidos pela inflação, e a tabela não era corrigida no mesmo ritmo”.

Ele avalia que a menor cobrança de imposto, caso vire lei, será incentivo à demanda. “Pessoas nessa faixa de rendimento tendem a ter uma propensão a consumir maior”.

Dessa forma, a CNI adverte que, caso o país conjugue outras formas de incentivo ao consumo, como gastos públicos, corresse o risco de dificultar o processo de redução da inflação e, com isso, o Banco Central não avançar na redução dos juros.

A inflação oficial está em 5,13% ao ano, acima da meta do governo que vai, no máximo, a 4,5%.

“A gente entende que o processo de redução da taxa de juro tem que acontecer o mais rápido possível”, defende. “Já deveria ter iniciado”.

Para fazer a inflação recuar, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) mantém a Selic em 15% ao ano desde junho. É o patamar mais alto desde julho de 2006 (15,25%).

mês de 2024, houve redução na produção de 15 dos 25 ramos investigados. Segundo André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE, houve influência tanto do efeito calendário quanto de uma base de comparação elevada.

“Vale citar que agosto de 2025 (21 dias) teve 1 dia útil a menos que igual mês do ano anterior (22)”, frisou o IBGE.

Foram registradas influências negativas relevantes também de produtos de metal (-7,9%), produtos de madeira (-18,4%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-8,8%), produtos químicos (-2,3%), artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (-9,6%), veículos automotores (-2,2%), de bebidas (-4,9%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-5,9%).

LUCIANA COLLET/AE

Após acertar a venda de participações acionárias em diversos ativos de geração e transmissão, em leilão realizado na tarde desta sexta-feira, em São Paulo, a estatal goiana Celg Participações (CelgPar) deve avançar para o seu encerramento, conforme indicaram o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), e seu secretário-geral de Governo, Adriano da Rocha Lima.

Sem os ativos negociados nesta sexta, a empresa ficará apenas com duas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e quatro usinas fotovoltaicas, sendo três de sua propriedade e uma em regime de Parceria Público Privada (PPP).

Segundo Lima, que também assumiu a presidência da CelgPar a partir de hoje, a tendência é que os ativos hidrelétricos sejam devolvidos à União, enquanto os fotovoltaicos devam ter a propriedade transferidas para o Estado, uma vez que hoje atendem o consumo de órgãos públicos.

No caso das PCHs, a CelgPar terá de negociar com o Ministério de Minas e Energia a devolução das usinas. Um dos ativos, a PCH Rochedo, está localizada em Piracanjuba (GO), tem 4 megawatts (MW) e sua outorga vence apenas em 2046, já a PCH São Domingos, localizada em município de mesmo nome, tem 12 MW e opera sob portaria e não tem prazo de concessão.



Hospital Federal dos Servidores do Estado



SUS



MINISTÉRIO DA SAÚDE



GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação Antônio José de Souza Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90022/2025 no dia 16/10/2025 às 11h00min. – Objeto: Aquisição de Fibra Óptica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Processo nº 33433.050297/2024-07. O pregão será realizado no site <https://www.comprasnet.gov.br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

KEYSTONE EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ/MF n.º 61.170.414/0001-53 - NIRE: 33.3.0035963-0

Edital de Convocação. Assembleia Geral Extraordinária. Ficam convocados os acionistas da companhia **Keystone Educação S.A.** (“Companhia”), na forma do artigo 294, III da Lei n.º 6.404/76 e da Portaria ME nº 12.071/21, a participarem da Assembleia Geral Extraordinária que acontecerá no dia 14/10/2025, às 11:00 horas, por videoconferência por meio do [link https://meet.google.com/ntp-squg-zzh](https://meet.google.com/ntp-squg-zzh), e terá a seguinte ordem do dia: (i) deliberar sobre um aumento do capital social da Companhia, mediante emissão de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Solicita-se aos acionistas que desejarem se fazer representar por procurador(a), que observem o disposto no parágrafo 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76, devendo ser enviados à Companhia, ao e-mail juridico@keystoneedu.com.br, os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na assembleia geral a que se refere o presente edital, com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da data marcada para sua realização. Rio de Janeiro, 06/10/2025. **Marco André Cavalcanti de Carvalho** - Diretor Presidente.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CERVEJA E BEBIDAS EM GERAL E DE ÁGUAS MINERAIS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO



ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os diretores do Conselho Fiscal desta entidade sindical, para **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** a realizar-se no dia 09/10/2025, na Rua Barão nº 776 e Praça Seca - Jacarepaguá – Rio de Janeiro (**SEDE DO SINDICATO**), as 10hs, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: a) Apresentação das planilhas trimestrais e anuais 2024. b) Apresentação das planilhas trimestrais de 2025.

Rio de Janeiro, 06 de outubro de 2025.
WASHINGTON LUIZ MARCELINO DOS SANTOS
Presidente

CELEO REDES BRASIL S.A.
CNPJ nº 04.718.109/0001-10 - NIRE nº 33.3.0028393-5

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2025

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 25 (vinte e cinco) de setembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 9h (nove horas), na sede da **CELEO REDES BRASIL S.A.** (“Companhia”), na Rua do Passeio, nº 38, sala 1201, setor 2, Centro, CEP 20.021-290, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Presente a única acionista da Companhia, como se verificou pela assinatura aposta na Lista de Presença de Acionistas (**Anexo I**), sendo dispensada a publicação de edital de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor (“**Lei das Sociedades por Ações**”). **3. MESA:** Presidentes: Santiago Carlos Oraa Gil. Secretário: Bianca Soares de Oliveira Borges. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) nos termos do artigo 13-A do Estatuto Social da Companhia, em garantia ao fiel, pontual e integral cumprimento obrigações a serem assumidas pela Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. (“**CRTE**”) no âmbito da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, da CRTE (“**Debêntures**” e “**Emissão**”, respectivamente), nos termos e condições a serem previstos no “*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático, da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.*” (“**Obrigações Garantidas**” e “**Escritura de Emissão**”, respectivamente), a outorga, pela Companhia, de alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da CRTE de sua titularidade, quer existentes ou futuras, e dos respectivos direitos a elas relacionados, em condição suspensiva, nos termos a serem previstos no “*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças*” a ser celebrado pela Companhia, na qualidade de alienante fiduciária, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de credor fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas, com a intervenção da CRTE (“**Alienação Fiduciária de Ações**” e “**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**”, respectivamente); (ii) a autorização e delegação de poderes aos diretores da Companhia para tomarem todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização, formalização, aperfeiçoamento e/ou conclusão da Emissão, conforme aplicável, bem como a outorga e constituição da Alienação Fiduciária de Ações; (iii) a autorização e delegação de poderes aos diretores da Companhia para celebrar: (a) o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e (b) todos e quaisquer outros documentos da Emissão dos quais seja parte, tais como aditamentos, declarações, requerimentos, termos, procurações, inclusive irrevogáveis e irretiráveis, dentre outros; e a ratificação de todos os atos praticados pela Companhia anteriormente à presente data em relação ao disposto na Ordem do Dia acima. **5. DELIBERAÇÕES:** A acionista resolve aprovar: (i) a outorga, pela Companhia, da Alienação Fiduciária de Ações, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas; (ii) a autorização e delegação de poderes aos diretores da Companhia para tomarem todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização, formalização, aperfeiçoamento e/ou conclusão da Emissão, conforme aplicável, bem como a outorga e constituição da Alienação Fiduciária de Ações; (iii) a autorização e delegação de poderes aos diretores da Companhia para celebrar: (a) o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e (b) todos e quaisquer outros documentos da Emissão dos quais seja parte, tais como aditamentos, declarações, requerimentos, termos, procurações, inclusive irrevogáveis e irretiráveis, dentre outros; e (iv) a ratificação de todos os atos praticados pela Companhia anteriormente à presente data, em relação às deliberações aprovadas acima. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a se tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2025. **Mesa:** Santiago Carlos Oraa Gil - Presidente, Bianca Soares de Oliveira Borges - Secretária. **Acionista:** **CELEO REDES, S.L.U.** - Santiago Carlos Oraa Gil - Diretor. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 30/09/2025 sob o nº 00007226606, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

IBGE

Produção industrial registra crescimento de 0,8% em agosto

DANIELA AMORIM/AE

A alta de 0,8% na produção industrial nacional em agosto ante julho foi puxada, sobretudo, pela expansão nas atividades de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (13,4%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (1,8%) e produtos alimentícios (1,3%). Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na

passagem de julho para agosto, houve crescimento em 16 dos 25 ramos industriais pesquisados.

Houve influência positiva relevante também de impressão e reprodução de gravações (26,8%), veículos automotores (1,8%), produtos diversos (5,8%), outros equipamentos de transporte (4,4%) e bebidas (1,7%).

Na direção oposta, entre as nove atividades com recuos, o principal impacto negativo foi de produtos químicos (-1,6%).

Outras perdas significativas ocorreram em máquinas e equipamentos (-2,2%), produtos de madeira (-8,6%), artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (-3,6%) e indústrias extrativas (-0,3%). O recuo de 0,7% na indústria brasileira em agosto de 2025 ante igual mês de 2024 foi puxado, sobretudo, pela perda de 4,0% da produção de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, segundo os dados do IBGE.

Em agosto de 2025 ante igual

METANOL

Polícia prende suspeito de adulterar bebidas alcoólicas em São Paulo

A Polícia Civil de São Paulo prendeu nesta sexta-feira um dos principais fornecedores de insumos usados na falsificação de bebidas alcoólicas. O suspeito foi detido no Jardim Carumbé, na zona norte, no âmbito de uma operação de combate à comercialização de bebidas falsificadas.

Investigadores da 1ª Delegacia de Investigações sobre Roubo e Furto de Veículos (Divecar) descobriram que o suspeito usava dois imóveis para armazenar e distribuir os produtos. O homem comercializava garrafas, tampas, rótulos, caixas para embalagem e também selos falsificados de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que eram colados nos recipientes, para que parecessem legítimos.

Os rótulos eram feitos em gráficas, que agora serão também investigadas, juntamente com fabricantes das tampas falsas. O suspeito localizado hoje foi autuado por crimes contra a propriedade industrial e contra as relações de consumo.

A Secretaria da Segurança

Pública (SSP) informou que ele fornecia itens para falsificadores por todo o estado, principalmente no interior paulista. As investigações revelaram que o suspeito comandava uma rede composta por diversas pessoas, que ficavam incumbidas das tarefas em uma cadeia de produção, do preenchimento das garrafas à identificação das bebidas com os rótulos copiados.

Segundo a Secretaria da Saúde, o estado já contabiliza 102 casos de intoxicação por metanol, entre investigados e confirmados. Ao todo, 11 já foram confirmados, sendo que um deles resultou em morte, na capital.

"Outros 91 casos ainda estão investigados, sendo oito óbitos – cinco na capital, dois em São Bernardo do Campo e um em Cajuru. Até agora, dez estabelecimentos foram interditados após fiscalizações, sendo oito com inscrições estaduais suspensas. São 30 pessoas presas por conta de adulteração de bebidas desde o início do ano", acrescenta a pasta em nota.

STJ

Tribunal encaminha ação do Rumble contra Moraes à PGR

GUSTAVO CÔRTEZ/AE

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin, encaminhou a ação da rede social americana Rumble e da Trump Media contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes à Procuradoria-Geral da República (PGR). Caberá ao Ministério Público se manifestar sobre o caso.

O despacho foi assinado na última segunda-feira, mesmo dia em que Moraes assumiu a vice-presidência do STF. A informação foi publicada pelo Jornal O Globo.

A ação, movida em fevereiro, acusa Moraes de violar preceitos da liberdade de expressão nos Estados Unidos ao enviar ordens para retirar conteúdo publicado no Rumble e pede que suas decisões sejam consideradas ilegais no país. Conforme revelou o Estadão, a Justiça Federal da Flórida notificou o STJ em agosto para que o ministro fosse intimado.

O processo faz parte de uma investida do governo americano contra o magistrado, que já teve seu visto cancelado e foi sancionado pela Lei Magnitsky, criada para punir terroristas e ditadores. A punição veda o acesso ao sistema financeiro dos Estados Unidos, o que inviabiliza uso de cartões de crédito, bancos e corretoras sediadas naquele país.

Moraes é o relator do processo que sentenciou o ex-presidente Jair Bolsonaro, aliado do presidente americano, Donald Trump, a 27 anos de prisão por tramar um golpe de Estado com o objetivo de impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva.

Moraes chegou a afirmar

que as pressões externas são fruto das ações de uma "organização miliciana". "Enganam-se essa organização miliciana e aqueles brasileiros escondidos e foragidos fora do território nacional em esperar fraqueza institucional ou debilidade democrática", afirmou após as penalizações.

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) está desde fevereiro nos Estados Unidos, de onde articula junto a autoridades locais sanções contra autoridades brasileiras envolvidas no processo de que seu pai é alvo.

Advogado do Rumble nos Estados Unidos, Martin de Luca chegou a celebrar a aplicação da Magnitsky contra Moraes. "Nenhum juiz estrangeiro tem autoridade para censurar o discurso americano ou penalizar empresas americanas por cumprirem as proteções constitucionais em solo americano", afirmou em nota quando da decisão do governo americano de punir o magistrado. O texto pedia ainda que o STF "reverta essas ordens ilegais e restaure o acesso total ao Rumble no Brasil".

O embate da plataforma do Moraes começou quando a empresa se recusou a cumprir determinações para retirar do ar perfis acusados por ele de se envolver em ataques à democracia. Entre os alvos das decisões, estão o blogueiro Allan dos Santos. Em fevereiro, o ministro bloqueou a rede social no Brasil devido à recusa da companhia a indicar representante legal no País.

Mais recentemente, Moraes ordenou também a suspensão do perfil do comentarista Rodrigo Constantino, agora cidadão americano residente dos Estados Unidos.

STF

PGR emite parecer contrário a mandato remoto no Congresso

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O procurador-geral da República, Paulo Gonet (**foto**), enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer contrário à possibilidade de um parlamentar exercer mandato de forma remota.

A manifestação foi anexada na quinta-feira passada ao mandado de segurança protocolado pela defesa do ex-deputado Chiquinho Brazão, réu no Supremo pela acusação de ser o mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco.

Em abril deste ano, a Câmara dos Deputados cassou o mandato de Brazão por faltas às sessões da Casa. O ex-deputado está preso em função das investigações do caso Marielle.

De acordo com a defesa, as faltas ocorreram em função da prisão preventiva e não podem ser equiparadas às faltas injustificadas para cassação do mandato.



ANTONIO CRUZ/ABRASIL

No entendimento de Gonet, a Constituição definiu que a perda do mandato deve ser declarada no caso de deputados e senadores que faltarem a um terço das sessões ordinárias, exceto em situações de licença ou missão autorizada pelo Congresso.

“Depreende-se do texto constitucional, portanto, que, como regra, o exercício do mandato parlamentar não prescinde da presença física do deputado ou senador nas sessões da respectiva Casa Legislativa”, afirmou Gonet.

EDUARDO BOLSONARO

O parecer da PGR corrobora com a decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), que negou pedido do PL para que o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) seja nomeado como líder da minoria na Casa.

A indicação foi uma tentativa da oposição de livrar o deputado de faltas por não participar presencialmente das sessões da Casa. Líderes não são obrigados a registrar presença em plenário.

Eduardo está no Estados Unidos desde fevereiro e é acusado de fomentar as sanções comerciais do governo do presidente Donald Trump contra as exportações brasileiras, a aplicação da Lei Magnitsky e a suspensão de vistos dos ministros da Corte e integrantes do governo federal.

Ao deixar o país, o parlamentar solicitou licença de 120 dias, que terminou no dia 20 de julho

OBRAS EM BELÉM

Lula: melhorias para a COP serão ‘legado’ para o povo de Belém

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou nesta sexta-feira algumas das obras que estão sendo realizadas em Belém (PA) para a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP30), no mês que vem. Entre elas estão os canais de drenagem, o complexo cultural e de lazer do porto da cidade e o local que sediará os eventos da COP30.

Em vídeo publicado nas redes sociais, Lula destacou que as melhorias ficarão de legado para a capital paraense. Segundo ele, o governo federal está fazendo um investimento de quase R\$ 6 bilhões na cidade.



RICARDO STUCKERT/PR

Pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, são R\$ 1,5 bilhão de financiamento ao governo do Pará. “Quando a COP sair, cada centavo que nós colocamos aqui é do povo de Belém. Ai, ninguém tira mais”, disse durante visita às obras dos canais.

“A COP é o evento que vai durar 20 dias, no máximo. Depois, essas obras todas vão ficar para o povo do estado do Pará, para o povo da cidade de Belém. Quando esses canais estiverem bem tratados, bonitos, as ruas estiverem bem tratadas e bonitas, aqui também vai vir turista. Se a gente melhorar a qualidade de vida do povo de Belém, isso significa aumentar a possibilidade de vir mais turistas para o estado do Pará e para Belém”, afirmou Lula.

A agenda em Belém começou na quinta-feira passada, quando Lula inaugurou uma das vitrines da COP30, o Parque Linear da Doca, e visitou as instalações da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Una.

Na manhã desta sexta-feira, a comitiva esteve nas obras de macrodrenagem e urbanização do

Canal da União, que fazem parte do conjunto de obras já entregues dos canais Vileta, Leal Martins e Timbó. O objetivo é mitigar os problemas de alagamento na capital paraense.

O canal abrange 350 metros de retificação; 700 metros de rede de abastecimento de água; 700 metros de rede de esgoto sanitário; 450 metros de drenagem pluvial; 3 passarelas; 1 ponte e urbanização viária e calçadas com piso tátil.

Depois, Lula conferiu as obras do Porto Futuro II, complexo cultural e de lazer em fase de conclusão, que requalifica o antigo porto industrial de Belém. O projeto ocupa uma área de 50 mil metros quadrados e reúne cinco armazéns históricos, que foram restaurados para abrigar o Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia, o Museu das Amazônias, a Caixa Cultural e o Porto Gastronômico.

O Museu das Amazônias contou com parceria técnica e apoio financeiro não reembolsável de R\$ 10 milhões do BNDES. O espaço abriga as exposições Amazônia, do fotógrafo Sebastião Salga-

do, e Ajurí, de artistas da região, concebida exclusivamente para este museu.

“O complexo é o símbolo de um novo tempo para Belém e para a Amazônia, com a união de cultura, ciência, inovação e tradição, para gerar desenvolvimento sustentável e colocar a região no centro de discussões sobre soluções globais. A entrega reforça o compromisso do Estado com a construção de um modelo econômico sustentável, baseado na valorização da biodiversidade”, diz comunicado da Presidência.

SEDE DA COP30

Nesta sexta-feira à tarde, o presidente Lula vai visitar o Parque da Cidade, local que sediará os eventos oficiais da COP30. Ele está localizado em uma área de 500 mil metros quadrados que já foi um aeroporto e foi entregue para a população em julho deste ano, recebendo mais de 670 mil visitantes. Agora, ele está fechado temporariamente para a montagem de estruturas da conferência.

O local reúne o Centro de Economia Criativa, o Centro Gastronômico, cinema, teatro,

biblioteca, torre de contemplação, quadras poliesportivas, ciclovia e um parque aquático infantil. Também há um projeto paisagístico com mais de 2,5 mil árvores, 190 mil plantas ornamentais e 83 mil metros quadrados de áreas gramadas. Ele incorpora tecnologias de mitigação climática, como o uso de energia solar fotovoltaica e sistemas de captação e reaproveitamento de água da chuva.

O Parque da Cidade será o principal palco da COP30, abrigando as zonas Azul e Verde da conferência. A Zona Azul é onde ocorrem as negociações oficiais, da Cúpula de Líderes e dos pavilhões nacionais. O acesso é restrito às delegações oficiais, chefes de Estado, observadores e imprensa credenciada.

Já a Zona Verde é um espaço aberto para exposição de parceiros e atividades para a população do país sede. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, na COP30, o espaço terá como foco temas como a implementação do Plano Clima, que será o guia das ações de enfrentamento à crise climática do Brasil até 2035.

Lula diz que não quer luxo e que ficará em barco

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, nesta sexta-feira, que não faltarão acomodações em Belém para receber os participantes da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), que acontece mês que vem na capital paraense. Lula disse que ele próprio não quer luxo e que vai encontrar um barco para dormir durante os dias

do evento.

Em Belém, Lula concedeu entrevista à TV Liberal do Pará.

“Eu vou querer dormir no barco, ainda não tem o barco, mas eu vou encontrar um barco, que eu vou dormir no barco. Porque eu não quero luxo, eu quero vir participar dessa COP porque essa COP tem que ser a COP da verdade. Até agora a gente vai tomando muitas decisões e não tem cumprido as decisões que a gente toma”, disse Lula sobre os

compromissos internacionais assumidos ao longo dos anos no combate às mudanças do clima.

Segundo o presidente, além da rede hoteleira, os moradores da cidade estão saindo de suas casas e alugando para as delegações da conferência. “O povo de Belém é extraordinariamente amoroso e gentil. Tem muita gente saindo das suas casas e alugando casa para quem quiser vir. Como é feito em Santa Catarina no verão; 1,2 milhão de ar-

gentinos vão pra Santa Catarina e o povo de Santa Catarina sai da casa para alugar para os argentinos”, lembrou.

Diante da alta de preços de hospedagem em Belém, em valores muito acima dos praticados em outras temporadas, várias autoridades e delegações manifestaram preocupação sobre uma possível redução de participações no evento, especialmente da sociedade civil e de representantes de países mais pobres.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628

publicidade@diariodoacionista.com.br

◆◆◆

Escritório

Filho de ex-diretor de INSS movimentou R\$ 12 milhões

VINÍCIUS VALFRÉ/AE

O escritório de advocacia de Eric Fidelis, filho (**foto**) do ex-diretor de benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) André Fidelis, movimentou R\$ 12 milhões pouco depois de ser aberto.

Fundado em junho de 2022, quando Eric tinha 30 anos, o escritório decolou financeiramente em pouco tempo. Entre novembro de 2023 e julho de 2025, a empresa recebeu R\$ 6.677 069,00 em pagamentos e acumulou despesas que somaram R\$ 5.364 504,00.

Das receitas registradas, pelo menos R\$ 5,1 milhões seriam oriundas de entidades ligadas a fraudes a aposentados e pensionistas do INSS. A Polícia Federal afirma que o escritório de Eric Fidelis foi usado para intermediar propina paga a André Fidelis pelo empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS.

As informações estão em relatório de inteligência financeira produzido pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e entregues à CPI do INSS.

O relatório da PF traz ainda um levantamento financeiro sobre o escritório de um período ainda mais próximo à data de abertura. De setembro de 2022 a março de 2023, a empresa em nome de Eric Fidelis recebeu R\$



DIVULGAÇÃO

2,3 milhões.

Ao todo, portanto, a movimentação do escritório do filho do ex-diretor passa dos R\$ 14 milhões, em cerca de três anos. A investigação da PF e da CPI do INSS indica que a empresa era usada em simulação de serviços a associações fraudulentas.

A CPI do INSS obteve também dados sobre a movimentação financeira de Eric Fidelis, na pessoa física. De fevereiro de 2023 a março de 2024, foram outros R\$ 10.403.548,00, somando entradas e saídas.

Em uma das contas bancárias pessoais, aberta em uma agência do Itaú, em Brasília, a renda declarada por ele era de R\$ 13.156,57 "A renda informada, não ampara a movimentação, visto que a conta acolheu o montante a credito incompatível para com o período analisado", destaca o relatório. Só nessa conta, entre setembro de 2023 e março de 2024, entraram R\$ 3,8 milhões e saíram R\$ 4 milhões.

Ao prestar depoimento à CPI, o Careca do INSS foi questiona-

do por parlamentares sobre o vínculo com Eric Fidelis. Ele confirmou ter recorrido a empresas de parentes de gestores do INSS e afirmou ter feito contratações legítimas.

"Ele chegou até a mim, no escritório, apresentando um material de educação financeira, e eu já sabia que ele era filho do André Fidelis. Ele apresentou um material que estava em construção para educação jurídica dos aposentados, disponibilizado também em aplicativo", disse.

dias que antecederam os ataques de 8 de janeiro de 2023.

Na decisão, Moraes ressaltou que todas as diligências solicitadas pelas defesas foram cumpridas, que os interrogatórios e oitivas de testemunhas já ocorreram e que tanto a PGR quanto os advogados dos acusados apresentaram alegações finais.

Todos os dez réus do núcleo 3 respondem pelos crimes de tentativa de golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, participação em organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

O julgamento será conduzido pela Primeira Turma do STF, composta por Moraes, Dino, Cármen Lúcia, Cristiano Zanin e Luiz Fux. A expectativa é de que o colegiado decida ainda neste ano as penas ou eventuais absolvições, em mais uma etapa do processo que já condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro e aliados próximos por participação na trama golpista.

Interior Paulista

Ex-prefeito de Igarapava é preso por fraude em licitação

BRUNA ROCHA/AE

O ex-prefeito de Igarapava, no interior paulista, Carlos Augusto Freitas, foi preso na quinta-feira passada, após ser condenado pela segunda vez por fraudes em contratos de licitação. O mandado de prisão foi cumprido na residência do político. Com o trânsito em julgado da decisão, não cabe mais recurso por parte da defesa.

A primeira prisão de Freitas ocorreu em julho de 2017, durante a Operação Pandega, realizada pelo Ministério Público com apoio da Polícia Militar. Na ocasião, ele e o irmão, também ex-prefeito Sérgio Augusto, foram alvos de investigação por organização criminosa, corrupção ativa e passiva, entre 2013 e 2016. A polícia

descobriu que o grupo fraudou contratos no valor aproximado de R\$ 26 milhões.

Dois anos depois, em 2019, Carlos e o irmão foram condenados a 14 e 21 anos de prisão, respectivamente. Apesar da sentença, ele cumpria a pena em liberdade até o momento.

Com a nova condenação da Justiça, ele foi preso e será apresentado em audiência de custódia nesta sexta-feira, 3, quando o juiz decidirá sobre a manutenção da detenção. O ex-prefeito foi encaminhado para a Cadeia de Franca (SP).

Segundo informações do *Metrópoles*, a Polícia Civil informou que o ex-prefeito foi preso sem resistência durante o cumprimento da ordem. Até o momento a defesa do ex-gestor não se manifestou sobre a sentença.

Distrito Federal

Polícia divulga laudo de amostras de bebidas ingeridas por Hungria

PAULA FERREIRA/AE

A Polícia Civil do Distrito Federal divulgou nesta sexta-feira, que não foi detectada a presença de metanol nas amostras de bebidas recolhidas em Brasília e ingeridas pelo cantor Hungria.

A perícia analisou amostras apreendidas em uma distribuidora em Vicente Pires e em uma rede de mercados da capital.

"De acordo com os peritos, não foi detectada a presença de metanol nas amostras analisadas. Os exames também apontaram que o teor de álcool anidro está em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)", diz a nota da Polícia Civil.

Até o momento, o Ministério da Saúde recebeu notificação de 113 casos suspeitos de intoxicação por metanol. Além de São Paulo, que concentra a maior parte dos casos, há ocorrências em Pernambuco, Distrito Federal, Paraná, Bahia e Mato Grosso do Sul.

A corporação afirmou ainda que outros exames serão realizados para verificar falsificação de rótulos, selos e do próprio líquido.

"Até o momento, não há qualquer confirmação de ca-

sos de intoxicação, no Distrito Federal, decorrentes da ingestão de bebidas alcoólicas contendo metanol. As investigações prosseguem até a completa elucidação dos fatos", afirma a polícia.

O rapper Hungria deu entrada no hospital DF Star na última quinta-feira passada, após apresentar sintomas característicos de intoxicação por etanol, como visão turva e acidose metabólica (concentração de ácido no sangue).

O cantor teria ingerido vodka comprada na distribuidora em Vicente Pires, na quarta-feira. Antes disso, no domingo, o rapper também consumiu bebida durante show no Boteco da Villa, em São Bernardo do Campo, que foi interdito pela Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo. O Boteco da Villa afirma, em nota, que medida é precipitada e não há provas de contaminação por metanol nas bebidas vendidas no estabelecimento.

Ainda não há resultado sobre o exame laboratorial para comprovar intoxicação do cantor por metanol. De acordo com a equipe médica que acompanha o quadro do cantor, Hungria não corre risco de perder a visão e seu quadro é estável.

Bolsonaro

PGR pede a Mendonça que archive inquérito

RAISA TOLEDO/AE

A Procuradoria-Geral da República (PGR) recomendou na quinta-feira passada, em parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF), que o ministro André Mendonça o archive um inquérito contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A investigação apura o suposto uso eleitoral de símbolos institucionais e recursos públicos durante os atos do Bicentenário da Independência, em 2022, em Brasília e no Rio de Janeiro.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, argumenta que a conduta atribuída a Bolsonaro e a seu candidato a vice na época, o general Walter Braga Netto, já foi examinada na ação penal que resultou na condenação de ambos por tentativa de golpe.

"Os ilícitos retratados nesta

petição encontram-se englobados nos crimes já denunciados. Não há, nos autos, elementos novos capazes de ampliar o enquadramento típico formulado na PET 12 100/DF", escreve Gonet.

O episódio foi também o que levou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a declarar, em outubro de 2023, a inelegibilidade de Bolsonaro e Braga Netto por oito anos.

As ações movidas no TSE acusavam o ex-presidente de "inserir em seu ato de campanha" todo o aparato destinado à comemoração do Bicentenário da Independência, que incluía palanque e veiculação pela TV Brasil. As festividades foram descritas como "grandioso evento, na data comemorativa mais importante do País, transformado em comício com recursos públicos". A

Trama Golpista

Moraes pede a Dino para marcar data de julgamento do ‘núcleo 3’

HUGO HENUD/AE

O ministro Alexandre de Moraes (**foto**) pediu ontem, ao presidente da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, que defina a data do julgamento dos réus acusados de integrar o "núcleo 3" da tentativa de golpe de Estado, que buscou reverter o resultado das eleições de 2022.

O grupo é composto por nove militares e um agente da Polícia Federal (PF), acusados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de atacar o sistema eleitoral e pôr em prática ações que criaram as condições para a ruptura institucional, como o plano para assassinar autoridades como o presidente Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o próprio Moraes.

Entre os réus, a maioria formada por integrantes do grupo conhecido como "kids pretos", estão os coronéis do Exército Bernardo Romão Corrêa Netto, Fabrício Moreira de Bastos e Márcio Nunes de Resende Júnior;



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

os tenentes-coronéis Hélio Ferreira Lima, Rafael Martins de Oliveira, Rodrigo Bezerra de Azevedo, Ronald Ferreira de Araújo Júnior e Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros; além do agente da Polícia Federal Vladimir Matos Soares e do general da reserva Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira.

Segundo a PGR, o núcleo esteve envolvido em movimentações internas nas Forças Armadas e na elaboração da chamada "Carta ao Comandante do Exército", documento no qual oficiais pressionaram por medidas de ruptura. Parte dos réus também teria atuado em esquemas logísticos de armas, munições e viaturas militares nos

São Paulo

Sorocaba decreta situação de emergência para invasão a locais com suspeita metanol

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

A prefeitura de Sorocaba, no interior de São Paulo, decretou situação de emergência devido aos casos de intoxicação por bebidas alcoólicas adulteradas com metanol. Um decreto assinado nesta sexta-feira, pelo prefeito Rodrigo Manga (Republicanos) autoriza agentes da Vigilância Sanitária e da Guarda Civil Municipal a invadirem locais suspeitos de expor ou estocar bebidas adulteradas e fazer apreensão. Os responsáveis po-

dem ser multados em até R\$ 1 milhão.

O decreto autoriza ainda a compra imediata de 200 frascos de antídoto para abastecer as unidades de pronto-atendimento municipais e serem usados em casos de intoxicação pela substância.

O prefeito diz que a medida é preventiva para evitar que a ocorrência de casos no município.

Manga afirma que a finalidade do decreto é dar maior agilidade ao município para agir em

casos de denúncias, com a entrada no estabelecimento suspeito sem a necessidade de requisitar força policial. "Temos boas parcerias com as polícias Civil e Militar, mas há casos que exigem atuação imediata, sobretudo quando se trata de fábricas clandestinas de bebidas, que serão o nosso principal alvo", diz.

O Ministério da Saúde confirmou 113 casos suspeitos de intoxicação por metanol após ingestão de bebida alcoólica até esta sexta-feira, 3, segundo os

dados enviados pelos Estados. Bahia, Paraná e Mato Grosso do Sul notificaram os primeiros casos em investigação. Em todo o País, são 11 casos confirmados e 102 em investigação.

Do total de 113 notificações por esse tipo de intoxicação, 101 são em São Paulo (11 confirmados e 90 em investigação), 6 casos em investigação em Pernambuco, 2 em investigação na Bahia e no Distrito Federal, e 1 caso está sendo investigado no Paraná e Mato Grosso do Sul.

